

## OS PALOP FRENTE A ATUAL CRISE SISTÊMICA: ENTRE A RESILIÊNCIA, AS VULNERABILIDADES E AS POTENCIALIDADES

*The PALOP faces the current systemic crisis: between resilience, vulnerabilities and capabilities*

Kamilla Raquel Rizzi<sup>1</sup>

“[...] os que sabem devem ensinar os que não sabem”.  
Amílcar Cabral

### RESUMO

O artigo examina os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) no contexto dos 50 anos de suas independências (1973-1975), analisando suas trajetórias históricas, vulnerabilidades e potencialidades. Cada país seguiu um caminho distinto após a independência: Angola e Moçambique enfrentaram guerras civis prolongadas, enquanto Cabo Verde consolidou uma democracia estável. Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe lidaram com instabilidade política e golpes. No período pós-Guerra Fria, os PALOP implementaram reformas políticas e econômicas, como multipartidarismo e ajustes estruturais, com resultados variados. Cabo Verde destacou-se pelo desenvolvimento e parcerias internacionais, enquanto Angola emergiu como potência regional devido a recursos como petróleo e diamantes. Moçambique enfrenta conflitos armados, como em Cabo Delgado, e desafios de desigualdade. A Guiné-Bissau permanece instável, e São Tomé e Príncipe aguarda a exploração de reservas de petróleo. As vulnerabilidades incluem fragilidade institucional, corrupção e desigualdade social. Como

<sup>1</sup> Professora Associada III de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Professora do corpo permanente do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFSM). Pós-doutorado em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI/UFSC), Doutorado em Ciência Política, Mestrado em Relações Internacionais e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Atua como professora convidada no Posgrado en Estudios Internacionales ofertado pela Universidad de la República (UDELAR/Uruguai). É pesquisadora do GeÁFRICA/UNIPAMPA e pesquisadora associada do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS), e do Grupo de Estudos em Capacidade Estatal, Segurança e Defesa (GECAP/UFSM).

potencialidades, destacam-se posições geográficas estratégicas, recursos naturais, diplomacia multilateral (CPLP, UA) e soft power cultural. O artigo conclui que, apesar dos desafios, os PALOP demonstram resiliência e oportunidades para um futuro promissor, reforçando seu papel no sistema internacional.

**Palavras-chave:** Angola; Brasil; Independência; Relações Bilaterais; Pragmatismo Político.

## INTRODUÇÃO

É oportuno, neste ano, refletir-se sobre os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), em um momento simbólico de sua história: a comemoração dos cinquenta anos de suas independências. Angola (11/11/1975), Cabo Verde (05/07/2025), Guiné Bissau (24/09/1973), Moçambique (25/06/1975) e São Tomé e Príncipe (12/07/1975) completam neste ano 50 anos de autonomia política em relação à Portugal, com o início do processo de formação dos seus Estados, de reorganização das respectivas sociedades e revalorização cultural.

Essas independências tardias devem ser compreendidas dentro do contexto geral do processo africano de construção dos Estados, mas também no contexto específico desse grupo de países, os PALOP, e na sua singularidade intragrupo. Os processos endógenos de amadurecimento dessas sociedades e de seus Estados, conhecendo profundamente suas histórias e seus atores, devem ser retomados lá e aqui.

Além do mais, a localização geográfica dos PALOP é interessante, na costa ocidental africana (Atlântico Sul) e costa oriental (Oceano Índico), todos participam da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a maioria (exceto Moçambique) é signatária da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a ZOPACAS. Estes pontos consolidam historicamente esses países como parceiros estratégicos do Brasil, pela história, cultura, política e geopolítica.

Esse texto propõe, desta forma, uma breve reflexão sobre esse processo histórico dos PALOP e sobre suas atuais conjunturas, domésticas, regionais e internacionais.

## OS PALOP E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO

Esses territórios foram colonizados pelo Império Português por aproximadamente quatro séculos, mas a ocupação e os processos de exploração econômica e reestruturação social se

aprofundaram a partir do século XIX, especialmente após a independência brasileira (antes, o tráfico de escravos africanos era a prioridade do Império no Atlântico Sul, para as monoculturas lá e cá). A colonização portuguesa foi marcada pelo uso da violência física, pela introdução de monoculturas extensivas, extração expansiva de recursos minerais, incentivo da imigração metrópole-colônias, e no século XX, pela introdução da política de assimilação, que acabou por segregar as populações locais, pois Lisboa buscava formar uma elite local que colaborasse com a políticas metropolitanas.

Na questão econômica, esses países tiveram a introdução da produção agrícola monocultora, com profunda especialização, como em São Tomé e Príncipe (açúcar no século XVI e cacau no século XIX) e na Guiné Bissau (caju nos séculos XIX e XX). Já em Angola e Moçambique, a agricultura sempre teve um aspecto de pequena produção e extensa exploração de recursos minerais (diamantes e ouro no primeiro, gás natural, no segundo); em Cabo Verde, pelas questões geográficas e demográficas, a economia sempre esteve atrelada ao comércio e serviços (Rizzi, 2014).

A forma como esses países se tornaram independentes também demonstra as singularidades de cada um, dentro do contexto regional: a) Angola teve um processo de luta armada pela libertação nacional, iniciado em 1966 por três movimentos com posicionamentos político-ideológicos diferentes e apoio externo consequente. Em novembro de 1975, com a proclamação da independência pelo Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), os outros dois movimentos (União Nacional para a Independência Total de Angola/ UNITA e Frente Nacional de Libertação de Angola/ FNL) passaram a lutar contra o governo, iniciando uma guerra civil que perdurou até 2002 e destruiu a já deficitária infraestrutura do novo Estado, com enormes perdas humanas e a interferência regional (política e militar); b) em Cabo Verde e Guiné Bissau, o processo foi único e propositivo: em 1956 foi fundado o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) sob a liderança de Amílcar Cabral (até seu assassinato em 1973). O primeiro argumento do PAIGC era pela retirada pacífica das tropas portuguesas dos dois territórios, o que não ocorreu, iniciando-se a luta armada em território guineense (nas ilhas de Cabo Verde não havia condições logísticas). Com a Proclamação da Independência e seu reconhecimento, Cabo Verde e Guiné Bissau passaram a ser dois Estados independentes, sob um mesmo regime e partido. Essa dinâmica funcionou até novembro de 1980, quando Nino Vieira deu um golpe de Estado em Bissau e cessou a ligação, criando-se em Cabo Verde o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Cada um dos dois Estados seguiu seu rumo separadamente, com Praia perseguindo um processo de formação do estado mais estável e de busca pelo desenvolvimento e Bissau em um processo contínuo de instabilidade política e social; c) em

Moçambique, em 1962, foi fundada a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sendo liderada por Samora Machel, com o uso da resistência armada como estratégia. A Proclamação da Independência levou Samora à presidência, e no ano seguinte, iniciou-se uma guerra civil entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana/RENAMO. Em 1992, foi assinado o Tratado de Paz, mas a rivalidade político-securitárias ainda persiste até os dias atuais; as ilhas de São Tomé e Príncipe eram desabitadas até a chegada dos portugueses, em 1470. No final da década de 1950, formou-se o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) que liderou o movimento pela libertação local e que após a independência assumiu o governo num regime socialista de partido único. Na década de 1990, após as reformas políticas e econômicas, se registraram quatro tentativas de golpe de Estado (1995, 1998, 2003 e 2009).

O Estado tem sido estudado a partir de várias perspectivas teóricas, embora nenhuma teoria possa capturar e explicar a gama de complexidades envolvidas em sua formação. De fato, os Estados, assim como o sistema mundial, são arranjos que permanecem em movimento sucessivo por causa do enredamento de sua construção. Por outro lado, a formação do Estado é um processo inacabado e as trajetórias de formação de Estados coloniais e pós-coloniais diferem da experiência europeia, produzindo diferentes tipos de Estados modernos. No sistema africano, as descolonizações da segunda metade do século XX inauguraram o período de construção do Estado de forma independente, entendido como um processo de centralização da autoridade política. Essa questão encerra interesse particular para as relações internacionais, cujo conceito de Estado é problemático por ser desprovido de considerações sobre as tensões internas que o fundam (Ling, 2014). Segundo Ake (1985), uma realidade recorrente no continente africano é o fato que, com as independências das ex-colônias, o Estado é capaz de tornar-se obstáculo ao desenvolvimento porque não se converte em agente de transformações econômicas ou sociais. Concorda-se com Thomsom (2000), ao afirmar que o processo político do qual emergem os Estados africanos foi determinado por tensões nas relações de poder, nas ideias, na distribuição de recursos, na resolução de conflitos e nas decisões dos governos. Duas características dos Estado pós-colonial na África são também aplicadas nos PALOP, a carência de recursos e a busca nas relações internacionais de meios para sua sobrevivência e o fato de que, após as independências, excluiu-se a sociedade civil do processo político. Ayoob (1998) conclui que o processo de formação dos Estados na periferia do sistema mundial tem baixa coesão social e a falta de legitimidade do regime político. Os Estados em desenvolvimento geralmente estão em um estágio muito primitivo de construção institucional, devido ao grande aumento no tamanho do sistema internacional devido à descolonização

após a Segunda Guerra Mundial, o que os torna vulneráveis à desordem interna e à influência externa negativa (Ayoob, 1998, p. 32). O autor ainda afirma que a ligação entre as variáveis domésticas e externas esclarece a ligação entre conflitos intraestatais e interestatais (Ayoob, 1998, p.45).

Logo, dentro da grande heterogeneidade do sistema africano de Estados, os PALOP têm características gerais do processo de formação do Estado, mas com singularidades domésticas acentuadas – as quais podem ser classificadas como ameaças internas à sua estabilidade.

## OS PALOP NO SISTEMA MUNDIAL ATUAL

No período pós-Guerra Fria, todos os PALOP passaram por reformas políticas (introdução do multipartidarismo, realização de eleições locais e nacionais) e econômicas (Programas de Ajuste Estrutural e inserção de políticas neoliberais), que tiveram consequências para seu processo histórico.

Entre os pequenos PALOP, Cabo Verde é o Estado mais estável e desenvolvido, pois sua democracia se consolidou desde a independência de forma gradual e amadurecida. A retomada das relações com Portugal, na década de 1990, acelerou o processo de diversificação econômica, especialmente no setor de serviços. As relações amistosas com Lisboa e a União Europeia num todo e a proximidade geográfica com a Europa auxiliaram nesse quesito, que coloca o país como ponte entre África, Europa e Américas. Verifica-se, nas últimas décadas, um avanço substancial na oferta de ensino superior e pesquisas acadêmicas, com a parceria de outros países que colaboram na formação de recursos humanos e investimento em infraestrutura (Brasil, China, EUA). Um ponto adicional refere-se ao papel social e econômico da diáspora caboverdiana, que será pela primeira vez quantificada, por meio da criação de uma Plataforma Digital, por parte do governo de Praia.

São Tomé e Príncipe é um pequeno arquipélago de duas ilhas encravado no Golfo da Guiné, com fartas reservas de petróleo, porém ainda sem exploração comercial (em compasso de espera há mais de uma década). As relações com os EUA são muito próximas especialmente intermediadas pelas companhias de petróleo norte-americanas ali presentes e pela realização de exercícios militares conjuntos no Golfo. Outros parceiros históricos são Portugal, Brasil, Rússia, Taiwan e Nigéria (pela fronteira marítima).

Na Guiné Bissau, o período recente foi profundamente marcado pela continuidade da instabilidade política (guerra 1998/1999, assassinatos em 2009, golpe (2012) e tentativas de golpe, dissolução do Parlamento em 2023 e adiamento da realização de eleições em 2024) e consequências

econômicas e sociais desta turbulência. A relação amistosa com Portugal existe desde a retomada, na década de 1990, e a proximidade com o Senegal fazem o país ter atenção a CEDEAO.

Após o final da guerra civil, Angola buscou a estabilidade política, social e econômica, por meio de reformas em diferentes setores, como nas Forças Armadas e na economia, buscando institucionalidade. Hoje, o país é o segundo maior produtor de petróleo do continente e o quarto maior produtor de diamantes do mundo, entre outros minerais ali explorados. No entanto, os altos níveis de desigualdade social se perpetuam, especialmente no interior. Desde 1992, as relações com os EUA são amistosas e a África Austral tornou-se uma prioridade de política externa, pelos vizinhos e pela SADC (além dos demais blocos regionais CEEAC, UA). Brasil, China e Rússia são parceiros relevantes e presentes.

Após o Tratado de Paz em 1992, Moçambique buscou a estabilidade política e desenvolvimento socioeconômico, com investimentos em infraestruturas, porém com dificuldades permanentes. As tensões político-partidárias entre FRELIMO e RENAMO se mantêm atualmente, o que agudiza a fragilidade institucional. Desde 2017, o conflito em Cabo Delgado – região no norte do país rica em gás natural, opõe grupos terroristas às tropas governamentais (com apoio de Ruanda) e resultou o deslocamento de mais de um milhão de pessoas. Nota-se a persistência de altos índices de desigualdade social e regional (entre norte e sul) e a manutenção da agricultura de campesinato no interior, além de atividade de mineração e de serviços. Sua prioridade de política externa é regional (África Austral, SADC, UA e Triângulo Zâmbia-Malawi-Moçambique), além de parceiros históricos como Portugal, Brasil, China e Turquia. Seu modelo é de uma economia extrativa, cujo resultado é um crescimento econômico que depende do capital financeiro e das multinacionais, cujo interesse em Moçambique são os recursos naturais como terra, água, minerais e energia.

Fica claro que questões domésticas de sobrevivência do Estado e desenvolvimento têm peso decisivo na formulação da política exterior em determinados períodos, com consequências futuras.

## CONCLUINDO...

Este texto buscou, de forma concisa e reflexiva, resgatar o papel dos PALOP no sistema africano e mundial. Relacionando suas vulnerabilidades e desafios com as potencialidades, evidencia-se que os cinco PALOP estão em pleno momento histórico de construção de seus Estados e reorganização sociopolítica, com relativos avanços econômicos, atrelada a uma repriorização geopolítica, o que resulta em um tom de resiliência propositiva.

No item vulnerabilidades, fica evidente a permanência de questões relacionadas à fragilidade institucional (em maior ou menor grau em todos os PALOP), o papel das elites locais na manutenção de um status quo político, social e econômico do passado, a presença de redes de corrupção local e regional e a atuação cada vez mais notada de redes criminosas transfronteiriças (além da presença de grupos terroristas em Moçambique). Conjugado a isto, a falta de investimentos maciços e contínuos em infraestrutura básica (escolas, postos de saúde, hospitais, rodovias, portos, aeroportos mantém altos níveis de desigualdade social e econômica nas populações. Especialmente na Guiné Bissau e em Moçambique, adiciona-se os itens de tensões político-partidárias e conflitos armados.

No quesito desafios, a demanda está em buscar amenizar ou mesmo findar as vulnerabilidades domésticas acima citadas, de forma unívoca ou com cooperação bi ou multilateral. E, enquanto potencialidades, pontuam-se suas posições geográficas estratégicas (Angola e Moçambique tem posições estratégicas privilegiadas na África Austral e Oriental, servindo como pontas de entrada para SADC e COMSA, Cabo Verde é ponto estratégico no Atlântico, entre África, Américas e Europa, sendo relevante para a segurança marítima e pelas rotas comerciais, São Tomé e Príncipe tem potencial na Zona Econômica Exclusiva do Golfo da Guiné, sendo rica em recursos pesqueiros e hidrocarbonetos a serem explorados), a presença de recursos naturais fartos, a relevância da Diplomacia multilateral e das parcerias regionais extrarregionais (CPLP, CEDEAO, COMESA, UA, China, Rússia), a revalorização cultural e o soft power local (Carnaval de Angola, a Morna de Cabo Verde, a literatura moçambicana...) e o papel na segurança e estabilidade regional (com Angola tendo papel de mediação regional e o Golfo da Guiné enquanto ponto nevrálgico da segurança regional e presença extrarregional).

Ao fim, fica evidente a gama de possibilidades e desafios que regem a história dos Países Africanos de Língua Portuguesa nesses cinquenta anos de independência, mas resta concluir que os aspectos positivos e propositivos têm sido mais aparentes e reverberam um futuro promissor.

## REFERÊNCIAS

AKE, C. The Future of the State in Africa. *International Political Science Review* 6(1), 105-114, 1985. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/019251218500600111>. Acesso em: 10 abr. 2025.

AYOOB, M. Subaltern Realism: International Relations Meets the Third World. In: NEUMAN, S. G, (Ed.). *Teorias de Relações Internacionais e o Terceiro Mundo*. Nova York: St. Martin's Press, 1998. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/AYOSRI>. Acesso em: 10 abr. 2025.

AYOOB, M. Desigualdade e Teorização nas Relações Internacionais: O Caso do Realismo Subalterno.

**International Studies Review**, 4(3), 27-48, 2002. Disponível em: <https://academic.oup.com/isr/article-abstract/4/3/27/1811963?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CABRAL, A. **Análise de alguns tipos de Resistência**. Bolama: Imprensa Nacional, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cabral/1969/11/24-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CABRAL, A. **A propósito da educação**. Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação, Jun. 1951.

CHICAVA, Sérgio. The Anti-Frelimo Movements & the War in Zambezia. In **The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique 1976-1992**, 17-45. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7722/j.ctt2111dhd.7>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CLAPHAM, C. **Africa and the international system: the politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Disponível em: <https://assets.cambridge.org/9780521572071/sample/9780521572071ws.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

LING, L. H. M. **The Dao of World Politics: towards a post-Westphalian, worldist international relations**. New York: Routledge, 2014.

RIZZI, K. R. **O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe (1975-2010)**. Porto Alegre: Século XXI, 2014.

THOMSON, A. **An introduction to African politics**. London and New York: Routledge, 2000. Disponível em: [https://archive.org/details/introductiontoaf0000thom\\_i2t1/page/n8/mode/1up](https://archive.org/details/introductiontoaf0000thom_i2t1/page/n8/mode/1up). Acesso em: 12 abr. 2025.